



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

**RESOLUÇÃO Nº 007/2025**

*Dispõe sobre a criação do Código de Ética e Decoro Parlamentar no âmbito da Câmara Municipal de Serrinha e dá outras providências.*

A **PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente o art. 101 do Regimento Interno, **FAZ SABER** que, por iniciativa da Câmara Municipal e devidamente aprovada pelo Plenário, ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica instituído o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Serrinha/RN, o qual estabelece os princípios éticos e regras de conduta que devem orientar a atuação dos Vereadores no exercício do mandato.

**§1º.** As normas estabelecidas neste Código complementam o Regimento Interno e passam a fazer parte integrante.

**§2º.** Também regula o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis ao descumprimento das normas de decoro parlamentar.

**Art. 2º.** O Vereador, no exercício do mandato, atenderá às prescrições constitucionais, legais, regimentais e as estabelecidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos e medidas disciplinares nele previstos.

**Art. 3º.** As imunidades e prerrogativas asseguradas aos Vereadores têm por finalidade garantir o livre exercício do mandato e a autonomia do Poder Legislativo.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRERROGATIVAS DO PODER LEGISLATIVO**

**Art. 4º.** As prerrogativas consistem na garantia da independência do Poder Legislativo, sendo deferidas aos Vereadores em função do mandato Parlamentar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

**Art. 5º.** Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos, desde que guardem relação com o desempenho da função legislativa e respeitem os limites legais e constitucionais.

**Parágrafo único.** A inviolabilidade não se estende a manifestações que configurem abuso de prerrogativa, como incitação à violência, discurso de ódio, discriminação ou difamação pessoal desvinculada da atividade parlamentar.

**CAPÍTULO III**  
**DOS DEVERES DO PARLAMENTAR**

**Art. 6º.** São deveres fundamentais dos Vereadores:

- I. Atuar com probidade, transparência e respeito à coisa pública;
- II. Zelar pela dignidade do cargo e pela imagem do Poder Legislativo;
- III. Traduzir em cada ato a afirmação e a ampliação da liberdade entre os cidadãos, a defesa do Estado Democrático de Direito, das garantias individuais e dos Direitos Humanos, bem como lutar pela promoção do bem-estar e pela eliminação das desigualdades sociais;
- IV. Respeitar e cumprir os desígnios das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da legislação e das normas internas da Casa;
- V. Respeitar os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência;
- VI. Promover o interesse público e o bem comum, acima de interesses pessoais, partidários ou eleitorais;
- VII. Comparecer na hora e no dia designado às sessões plenárias e reuniões das comissões das quais faça parte, seja como membro titular ou na condição de suplente, participando das discussões e, quando nomeado Relator, elaborando o voto condutor do parecer.
- VIII. Não se retirar das sessões, salvo por motivo justificável submetido à apreciação da Mesa, antes de seu encerramento.
- IX. Respeitar os colegas parlamentares, servidores públicos e cidadãos;
- X. Prestar contas à sociedade sobre sua atuação política e parlamentar.
- XI. Contribuir para a afirmação de uma cultura cujos valores não reproduzam, a qualquer título, quaisquer preconceitos entre os gêneros, especialmente com relação à raça, credo, orientação sexual, convicção filosófica ou ideológica;

**CAPÍTULO IV**  
**DAS VEDAÇÕES**

**Art. 7º.** É expressamente vedado ao Vereador:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

- I. Desde a expedição do diploma:
- a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou privada concessionária de serviço público municipal, salvo quando contrato obedecer a cláusulas uniformes;
  - b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutum* nas entidades constantes na alínea anterior.
- II. Desde a posse:
- a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exerça função remunerada;
  - b) Ocupar cargo ou função que sejam demissíveis *ad nutum* nas entidades referidas no inciso I, a;
  - c) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;
  - d) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**§ 1º.** Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas 'a' e 'b' do inciso I, e 'a' e 'c' do inciso II, para fins deste Código, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo poder público.

**§ 2º.** A proibição constante da alínea 'a' do inciso I compreende o Vereador, como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controladas.

**Art. 8º.** É, ainda, vedado ao Vereador o abuso do poder econômico no processo eleitoral.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS ATOS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR**

**Art. 9º.** Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com penalidades previstas neste código:

- I. Abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos Vereadores;
- II. Auferir, a qualquer título, vantagem indevida, em benefício próprio ou de terceiros, no exercício das funções parlamentares;
- III. Fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;
- IV. Omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações pertinentes ao mandato;
- V. Incidir em desacato à Câmara Municipal;
- VI. Praticar ato de corrupção, suborno ou conluio em troca de apoio político;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

- VII. Praticar irregularidades graves que comprometam a dignidade da função parlamentar;
- VIII. Incurrir nas situações previstas no art. 55 da Constituição Federal.

**CAPÍTULO VI**  
DOS ATENTADOS CONTRA O DECORO PARLAMENTAR

**Art. 10º.** Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

- I. Utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões discriminatórias, incompatíveis com a dignidade do cargo;
- II. Incitar à violência, ao ódio ou à desordem social;
- III. Praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar veementemente, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes;
- IV. Divulgar informações falsas ou enganosas que atinjam a honra, a imagem ou a reputação de terceiros, especialmente de colegas parlamentares, servidores ou instituições públicas, por qualquer meio de comunicação, inclusive redes sociais, aplicativos de mensagens ou plataformas digitais;
- V. Comparecer às sessões ou reuniões em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias entorpecentes que comprometam a dignidade ou o regular exercício das funções parlamentares;
- VI. Utilizar-se do cargo para coagir ou constranger servidores ou cidadãos;
- VII. Valer-se das prerrogativas ou poderes inerentes ao cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou pessoa sob sua ascendência hierárquica, com o objetivo de obter qualquer tipo de favorecimento;
- VIII. Desrespeitar a propriedade intelectual das proposições;
- IX. Oferecer, prometer, solicitar ou receber vantagem indevida com o fim de influenciar ato ou omissão funcional no exercício do mandato parlamentar;
- X. Praticar ato deliberado destinado a impedir, dificultar ou obstruir o regular andamento das sessões plenárias ou reuniões de comissões;
- XI. Empregar bens, serviços ou recursos públicos afetos à Câmara Municipal em proveito próprio ou de terceiros, em desacordo com sua finalidade pública;
- XII. Empregar bens, serviços ou recursos públicos afetos à Câmara Municipal em proveito próprio ou de terceiros, em desacordo com sua finalidade pública;
- XIII. Obstruir maliciosamente proposições de iniciativa de outro poder;
- XIV. Praticar, mesmo fora das dependências da Câmara, ato que atente gravemente contra a dignidade do mandato.

**Parágrafo único.** Para os fins deste Código, consideram-se incluídas nas hipóteses deste artigo as condutas praticadas em ambientes virtuais e redes



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

sociais, quando atentarem contra a dignidade do mandato ou da Câmara Municipal.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 11º.** O Vereador está sujeito às seguintes penalidades:

- I. Advertência pessoal;
- II. Advertência em plenário;
- III. Desagravo Público através de imprensa
- IV. Suspensão do mandato de cinco a quinze dias;
- V. Cassação do mandato.

**§1º.** As penalidades serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, considerando antecedentes e circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**§2º.** As penalidades previstas nos incisos III, IV e V serão aplicadas após processo disciplinar com garantia do contraditório e ampla defesa.

**§3º.** As infrações praticadas por meio digital ou em redes sociais, em razão de seu potencial de ampla divulgação e repercussão negativa à imagem do Parlamento, poderão ser consideradas circunstância agravante para fins de aplicação da penalidade.

**Art. 12.** Incide na penalidade de advertência pessoal o vereador que:

- I. Usar expressões insultuosas;
- II. Ofender por atos ou palavras, outro vereador, comissão, mesa e/ou a própria câmara;
- III. Perturbar a ordem das sessões ou das reuniões das Comissões;
- IV. Acusar levianamente outro vereador, sem indicação de elemento de prova válida.

**Art. 13º.** Incorre penalidade de advertência de plenário, o vereador que reincidir em infração ao artigo anterior.

**Art. 14º.** Aplicar-se-á pena de Desagravo Público através da imprensa ao vereador que:

- I. Já foi advertido em plenário por 02 (duas) vezes;
- II. Praticar, nas dependências da Câmara, ato incompatível com a compostura pessoal;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

- III. Faltar, sem motivo justificado, a 05 (cinco) sessões ordinárias consecutivas ou a 10 (dez) intercaladas numa mesma sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

**Art. 15º.** É passível de suspensão, de 05 (cinco) a 15 (quinze) dias, o vereador que:

- I. Reincidir em infração ao artigo anterior;
- II. Revelar o conteúdo de debate, deliberação, documento ou informação que, por disposição geral ou decisão da Câmara, deve permanecer sob sigilo.

**Art. 16º.** Sujeitar-se a cassação o vereador que:

- I. Infringir qualquer dispositivo da Lei Orgânica do Município, especialmente aqueles que dispõem sobre a probidade administrativa, o exercício do mandato e os deveres parlamentares;
- II. Atentar contra o decoro parlamentar, exercendo a prática dos atos supracitados;
- III. Deixar de comparecer, salvo em caso de licença, missão oficial autorizada, doença devidamente comprovada ou investidura em cargo permitido pela Lei Orgânica, a um terço das sessões ordinárias realizadas durante uma sessão legislativa, caracterizando abandono do mandato.

**Art. 17º.** As penalidades de advertência pessoal poderão ser aplicadas diretamente pelo Presidente da Mesa Diretora.

§ 1º. A aplicação da advertência plenária e da Desagravo Público (com divulgação na imprensa oficial) dependerá de deliberação do Plenário, mediante maioria simples, após parecer da Comissão de Ética Parlamentar.

§ 2º. As penalidades de suspensão e cassação do mandato dependerão de deliberação do Plenário, observando-se os trâmites regimentais e o contraditório ao parlamentar envolvido.

**CAPÍTULO VIII**  
**DO PROCESSO DISCIPLINAR**

**Art. 18º.** O processo disciplinar será instaurado por representação da Mesa Diretora, de partido político representado na Câmara, de cidadão ou entidade da sociedade civil, devidamente instruída com indícios e provas do fato.

**Art. 19º.** Recebida a representação, a Comissão de Ética Parlamentar poderá:

- I. Arquivar a denúncia, se considerada improcedente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
PALÁCIO VER. MAURÍCIO TARGINO DOS SANTOS

- II. Instaurar processo disciplinar, garantindo ampla defesa ao representado;
- III. Emitir parecer conclusivo, propondo arquivamento ou aplicação de penalidade.

**Art. 20º.** O Plenário deliberará sobre as penalidades de suspensão ou perda de mandato, por maioria absoluta ou 2/3, conforme o caso.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21º.** Os casos omissos neste Código serão resolvidos pelo Regimento Interno da Câmara ou, subsidiariamente, pela legislação aplicável.

**Art. 22º.** Para a apuração de fatos e das responsabilidades previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Ética Parlamentar poderá solicitar, por intermédio da Mesa da Câmara, apoio de Técnicos ou profissionais especializados de outros órgãos públicos, inclusive dados relacionados a pesquisa de conteúdo, proteção de dados sensíveis, e demais perícias que se fizerem necessárias.

**Art. 23º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Serrinha/RN, 06 de agosto de 2025.

<b>VIVIANE KARLA SANTOS DE LIMA RIBEIRO</b> <b>PRESIDENTE</b>